

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

24/04/2013

COMISSÃO DA VERDADE.**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****24/04/2013**

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 33ª audiência pública sobre os casos de Carlos Roberto Zanirato, Henrique Cintra Ferreira de Ornellas e Joelson Crispim. São Paulo, 24 de abril de 2013, auditório Teotônio Vilela. Está instalada a 33ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 24 de abril de 2013, na Assembleia Legislativa, no auditório Teotônio Vilela para oitiva de depoimentos sobre o caso de Carlos Alberto Zanirato, Henrique Cintra Ferreira de Ornellas e Joelson Crispim. Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências públicas abertas ao público. Vamos passar para a leitura por parte do Kobayashi do memorial. Com a palavra, Kobayashi.

O SR. KOBAYASHI – Carlos Alberto Zanirato morto em 29 de junho de 1969. Dados pessoais, nome, Carlos Roberto Zanirato. Data de nascimento, 09/11/1949. Local de nascimento, Ourinhos, São Paulo Brasil. organização política, Vanguarda Popular Revolucionária, VPR. Dados biográficos, nasceu em Ourinhos, São Paulo, em nove de novembro de 1949, filho de Hermínio Zanirato e Ernestina Furtado Zanirato em 29 de junho de 1969, soldado e militante da Vanguarda Popular Revolucionária, VPR. Foi um dos que desertaram do Exército junto com o Capitão Carlos Lamarca ao saírem do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna em Osasco, São Paulo, levando fuzis FAL para se aliarem a luta armada contra a ditadura em 24 de janeiro de 1969. Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Foi preso em 23 de junho de 1969 pelo Dops de São Paulo. Segundo a versão policial, em 29 de junho foi conduzido pelos policiais ao encontro dos seus companheiros. O encontro se realizaria no cruzamento da Rua Bresser com a Avenida Celso Garcia em São Paulo. Lá chegando, aproveitou um descuido dos

policiais que o conduziam e jogou-se contra um ônibus em movimento, vindo a morrer em consequência das fraturas sofridas. O laudo microscópico 30157 do IML refere-se a ele como um desconhecido que se suicidou atirando-se sobre um ônibus. Na requisição de exame microscópico pode-se ler ‘apresentava um par de algemas, corrente partida fincando uma algaema em cada pulso. Essas foram cerradas, retiradas e entregues sobre recibo ao Sr. Moacir Galo, guarda civil 22548’. Isso não deixa dúvidas de que o suposto suicida se encontrava preso, o que torna inverosímil que tenha sido considerado um suicida. Consta na sua licitação de exame necroscópico. Além disso, na qualificação de exame microscópico estava registrada a qualificação pessoal do preso. Tal situação fortalece a hipótese de que a real intenção dos agentes de segurança era de ocultar seu cadáver. Foi enterrado como indigente no cemitério de Vila Formosa em São Paulo. Assinaram um laudo microscópico os médicos legistas José Manela Neto e Orlando Brandão, confirmando a falsa versão oficial. Os relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Correia em 1993 confirmam a sua morte como suicídio e o da Marinha faz referências até ao fato de que ele se encontrava algemado do começo do Dops, e informa que foram presos por agentes do 4º DRI em São Paulo. A relatora do caso na CEMDP, Suzana Lisboa concluiu que ‘ficou comprovada a prisão e morte por torturas, já que o corpo parece que não tem espaço onde não haja equimoses, escoriações ou fraturas. Todas as costelas do lado direito, osso ílaco, clavículas e úmero, e ainda ferimentos e escoriações, ruptura do pulmão, certamente o resultado de seis dias de tortura no Dops de São Paulo’. O pedido foi acolhido por unanimidade em 27 de agosto de 1996, o general Osvaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Pereira Branco discordaram da ressalva da relatora pela versão oficial.

Os dados aqui apresentados foram extraídos do livro ‘Dossiê ditadura mortos e desaparecidos políticos do Brasil, 1964/1965 do IEVE.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Agora vai Henrique Cintra Ferreira Ornellas.

O SR. KOBAYASHI – Então, leitura do memorial de Henrique Cintra de Ferreira Ornellas. Morto em 21 de agosto de 1973. Dados pessoais, Henrique Cintra de Ferreira Ornellas, data de nascimento, dia e mês desconhecidos no ano de 1920. Local de nascimento, Itapira, São Paulo Brasil. organização política, sem militância partidária conhecida. Dados biográficos, nasceu em Itapira São Paulo, em data não determinada de 1920, filho de Henrique Cintra de Ornellas e Maria Ferreira de Ornellas. Era advogado criminalista formado pela faculdade de direito da USP, trabalhava e residia em Arapongas no Paraná. Era casado com Iara Valquíria de Carvalho Ornellas e tinha dois filhos, Joana e Manoel Augusto.

Dados sobre sua prisão e morte. Henrique foi preso em casa em 16 de agosto de 1973 por um comando da polícia federal e do Exército, ocasião em que foram presos outros cidadãos naquela cidade. Durante quase seis horas a sua casa foi vasculhada pelos agentes. Segundo requerimento dos seus familiares apresentados pelo CEMDP enquanto reviravam a casa, outros agentes mantinham seus filhos menores, Juliana e Manoel Augusto respectivamente, sob a mira das armas. O dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 afirma que de acordo com informações prestadas a imprensa pelo Gal Antonio Bandeira, Henrique teria se suicidado no local onde estava preso para investigações em Brasília, Distrito Federal. Essa informação também consta no IPM presidido pelo Major Wilson Pinto de Oliveira instaurado para apurar a morte de Henrique na prisão. Segundo o IPM, os presos foram levados para o 30º Batalhão de Infantaria Motorizada no Exército em Apucarana no Paraná, onde já se encontravam dois outros presos, um advogado de Londrina e uns comerciantes de Cambé, sendo transferido para Brasília. Chegando a capital federal ainda algemados foram também encapuzados e encaminhados a dependências militares. Segundo o comandante militar do 8º Grupamento de Artilharia Anti Aérea em Brasília Henrique foi encontrado já sem vida em sua cela no dia 21 de agosto de 1973 pendurado no basculante da janela do banheiro por três gravatas pretas de tergal e um cinto preto trajando pijama, o mesmo que usava ao ser preso cinco dias antes.

O legista Hermes Rodrigues de Alcântara concluiu ‘morte por asfixia devido a enforcamento com fortes indícios de suicídio’. A investigação para apurar o caso confirmou que a morte se deu em decorrência de suicídio, mas o inquérito para ‘apurar a responsabilidade de componentes de uma quadrilha de assaltantes’ a qual Henrique estava integrado, não logrou a comprovar seu envolvimento em atividades criminosas.

De acordo com o relator do caso na CEMDP, o General Osvaldo Pereira Gomes, ‘o advogado Henrique Ornellas envolveu-se em atividades políticas em 1963 quando candidatou-se a Vereador na cidade de Arapongas, no Paraná. Sua prisão, segundo portaria de instauração de inquérito policial baixada pelo diretor geral da polícia federal estava baseada no fato de apenas apurar a responsabilidade de componentes de uma quadrilha de assaltantes, corruptores, falsificadores, e homicidas, com possíveis ligações com a subversão que vem atuando em alguns Estados da federação em especial nos estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso’. E conclui, o processo traz prova eloquente do suicídio do advogado, prova pericial e testemunhal. O suicídio deu-se em quartel do Exército e foi aberto IPM para aprovar os fatos cuja cópia consta do processo. O relator acaba afirmando que Henrique Cintra de Ornellas foi preso entre outras acusações por motivo de supostas atividades subversivas e faleceu por causas não naturais na prisão. Assim votou pelo deferimento do caso.

O caso de número 357/96 na CEMDP foi aprovado por unanimidade em 20 de junho de 1996. Os conselheiros Nilmário Miranda e Suzana Lisboa fizeram registrar em ata suas declarações de voto discordando da versão de suicídio. Henrique foi enterrado em Arapongas com a presença de representantes da OAB de diversos Estados, a entidade contra a prisão arbitrária dos advogados. Assistiu aos presos por meio dos advogados de Luiz Carlos Seixas. Os dados aqui apresentados também foram extraídos do dossiê ditadura mortos e desaparecidos políticos do Brasil.

Passo a leitura do memorial de Joelson Crispim.

Joelson Crispim, desaparecido em 20 de maio de 1971, dados pessoais. Nome, Joelson Crispim. Data de nascimento, 16/10/1946. Local de nascimento, Rio de Janeiro, Brasil. Organização política, Vanguarda Popular Revolucionária, VPR. Dados biográficos, nasceu em 16 de abril de 1946. Filho de José Maria Crispim e de Encarnacion Lopes Peres na cidade do Rio de Janeiro. Morto em 22 de abril de 1970, era militante da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária. O pai, ex Sargento do Exército e preso político durante o Estado novo, integrou a bancada constituinte do PCB em 1946. Foi cassado em 1947 junto com toda a bancada do PCB. Logo após o término da constituinte sua mãe, Encarnacion, foi presa e banida da VPR em 13 de janeiro de 1971, por ocasião do sequestro do Embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Henrico. A irmã de Joelson, Denise Peres Crispim, era companheira de Eduardo Collier Leite, o

Bacuri, dirigente da rede Resistência e Democrática, assassinado sob tortura em 07/12/1970. Desde criança Joelson revelou algumas características que marcaram a sua curta existência. Era calmo, dotado de forte senso de humor e apesar de tímido era alegre. Chamava a atenção por sua grande habilidade manual. Muito cedo Joelson começou a trabalhar como operário em fábricas e oficinas de rádios e aparelhos elétricos. Apesar das dificuldades, conseguiu cursar a escola técnica Urubatan em São Paulo.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Joelson Crispim foi assassinado em uma emboscada montada por agentes do DOI de São Paulo, chefiados pelo capitão Coutinho da Polícia Militar. Após abertura dos arquivos do Dops em 1992 foi possível localizar um relatório na Casa de Saúde Dom Pedro Segundo para onde Joelson teria sido levado, ferido. 'vindo a falecer antes de intervenção cirúrgica'. Segundo o relatório, ele deu entrada no hospital com cinco ferimentos perfurantes por projétil de arma de fogo. Apesar de identificados como mostra documentos do Dops, deu entrada no IML como desconhecido, com requisição marcada com T em vermelho indicando tratar-se de terrorista, e identificado com o nome falso de Roberto Paulo Vidal. Sendo registrado em cartório no Brás, bairro paulistano, assina o laudo Sérgio Oliveira e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que confirmaram a versão de morte por tiroteio. No laudo consta que as balas seguiram uma trajetória de traz para frente, o que segundo o relator, descaracteriza tiroteio. Nas buscas realizadas no cartório não foi realizada o assento de óbito de Joelson Crispim, e o tabelião negou se entregar a que estava em nome de Paulo Roberto Vidal sobre alegação de estar sobre embargo judicial na CEMDP o relator Nilmário Miranda concluiu seu voto afirmando sua convicção de que 'a identificação falsa de Joelson e seu sepultamento como indigente constitui as evidências maiores de que sua morte deu-se por execução sumária pelos agentes da repressão'. Joelson foi enterrado como indigente sob o nome de Roberto Paulo Vilda, no cemitério de Vila Formosa em São Paulo. Suas irmãs Vilda e Olga solicitaram a CEMDP informações que ainda não se concretizou no quadro de indigentes no cemitério e pela falta de registros exatos no local de sepultamento. Na CEMDP o local de número (ininteligível) em 29 de fevereiro de 1996. Os dados desse memorial também foram extraídos do livro Dossiê ditadura mortos e desaparecidos políticos no Brasil 1964 a 1985.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado Koba. Então, vamos passar a organização dos nossos trabalhos hoje, eu quero pedir ajuda da Amelinha. A nossa testemunha, Denise Crispim está a caminho. Então, nós vamos tocar essa sessão. Vocês estão providenciando o da Estela Carlota, é importante para a gente hoje.

Com a palavra, Amélia Teles, assessora da Comissão da Verdade.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – eu queria aqui que ficasse registrado o seguinte, o Joelson Crispim, o corpo dele não foi encontrado. Ele é um desaparecido político e sabe-se que ele foi enterrado no cemitério da Vila Formosa com nome falso, e tem várias investigações naquele cemitério e não foi possível localizar os restos mortais do Crispim em virtude da mudança das quadras de sepulturas, ali houve uma reforma no cemitério, houve a mudança, houve também registros nos livros do cemitério que dificilmente correspondem à realidade do cemitério e ainda pelo que tudo indica, no cemitério da Vila Formosa também foi feita uma vala clandestina como foi feito em Perus. A vala clandestina de Perus parece que se retransmitiu no cemitério de Vila Formosa e os restos mortais do Joelson Crispim não foram possíveis de encontrar nenhum vestígio das ossadas de Joelson. Por isso que aqui na Comissão deve se dar o encaminhamento, tanto insistir nesse encaminhamento pela localização dos restos mortais de Joelson Crispim e hoje há um grupo discutindo no serviço funerário do cemitério clandestino solicitar que seja feito um memorial dos desaparecidos políticos da Vila Formosa, porque não é só o Joelson. Eu estou citando aqui o caso do Joelson porque hoje é o dia. A audiência pública é do caso Joelson. E nós temos que fazer uma recomendação, reforçar recomendações que foram feitas anteriormente pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos desaparecidos políticos na Câmara Municipal dos anos de 1990 e 1991 e também na própria Comissão Municipal da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, que os registros dos cemitérios têm que ser feitos de uma forma compatível com o mapeamento do cemitério e com as

sepulturas, porque o registro tem sido incoerente muitas vezes com a realidade do próprio cemitério.

Então, tem que haver uma compatibilidade, tem que haver uma adequação de registros, dos óbitos, das exumações, das inumações, porque essa tem sido uma dificuldade que a gente tem encontrado localizar esses restos mortais. Evidentemente que a ditadura fez isso de propósito no sentido de ocultar os cadáveres. Mas nós agora temos que não só recuperar os restos mortais, mas fazer com que isso não se repita mais. Que os cemitérios municipais, que os cemitérios do Brasil não sejam usados para ocultamento de cadáveres. Então, essa é uma questão.

E também a outra questão é a retificação do atestado de óbito. Fica muito evidentemente que o Joelson Crispim que era um, na época da ditadura quando ele foi morto se divulgou a ideia de que tinha havido um tiroteio entre o Joelson Crispim e as figuras da repressão. E que ele teria morrido inclusive na rua. Posteriormente, quando podemos ter acesso aos arquivos policiais que se encontram no antigo Dops e nos arquivos públicos do Estado de São Paulo, havia um documento inscrito, estava escrito pela própria polícia datilografado, que o Joelson Crispim foi preso. Quer dizer, ele não morreu em tiroteio, porque se ele foi preso. Houve o tiroteio, é uma dúvida e quase uma certeza de que não houve o tiroteio porque ele não poderia ir a todas essas, o laudo necroscópico descreve os projeteis vindo de traz para frente. Ou seja, ele estava fazendo tiroteio de costas? Isso não existe. É uma possibilidade quase impossível. Então, eu acho que o caso do Joelson Crispim, que a irmã dele vai depor aqui hoje, Denise Crispim, eu acho que é um caso no sentido de fazer retificação do atestado de óbito, uma vez que a própria Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos que fica em Brasília junto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República já tem, o relator já constatou que a responsabilidade do Joelson Crispim é do Estado. Ele foi reconhecido pela Lei 9140/95, a família inclusive recebeu a indenização simbólica, portanto não cabe mais manter o atestado de óbito com essa falsidade, é o mínimo a desfazer no cemitério da Vila Formosa e nos demais cemitérios, colocar uma placa dizendo que ali foram enterrados e dentre eles o Joelson Crispim desaparecido político com nome falso cujos restos mortais não foram entregues aos familiares. Mas devia ter pelo menos isso porque é uma forma da Comissão da Verdade trazer e registrar a verdade dos fatos. Essa é a forma de realizar os trabalhos. Em relação ao Zanirato, Carlos Roberto que vocês viram ali que é um jovem de 20 anos, ele mal completou os

20 anos e foi assassinado. Foi preso, foi torturado como diz a relatora também da Comissão da Verdade de Mortos e Desaparecidos Políticos, a Suzana Lisboa, ela na descrição do laudo mostra que ele foi bastante torturado, foi preso no dia 31 de junho de 1969 e vai ser morto no dia 29 de junho, portanto no mínimo seis dias ele viveu sob torturas. E depois eles alegam suicídio que também é estranho, porque eles estavam pela própria descrição do documento oficial, eles estavam algemados. Quer dizer, você imagina você algemado e ainda você buscar, correr e buscar um ônibus para ser atropelado pelo ônibus. É uma situação bastante difícil de acontecer dessa forma.

Então, aliás, os laudos, nós vamos ver que tanto os laudos do Carlos Roberto Zanirato como do Henrique Cintra Ferreira de Ornellas também suicídio. Hoje eu acho que a Comissão da Verdade de São Paulo e dos demais Estados e a Comissão Nacional deveriam fazer a retificação e começar inclusive com os laudos de suicídio.

Aqui na Comissão nós tivemos oportunidade de ouvir também a família da Iara Iavelberg que inclusive trouxe o médico legista que fez a exumação do corpo da Iara e fez um novo laudo e mostra que a Iara Iavelberg não se suicidou, e a versão oficial não foi suicídio. E nós vamos ver que houve uma retificação do atestado de óbito do Vladimir Herzog foi divulgado amplamente como sendo um suicídio. Ele não se suicidou. Foi morto sob torturas e hoje tem um atestado de óbito retificado. Um outro atestado de óbito que foi retificado foi do João Batista Franco Drummond que foi assassinado na Lapa, mas lá dentro da casa. Ele foi assassinado dentro do DOI CODI, que também dizia que ele tinha sido morto e atropelado. O Adriano e eu estivemos presos também, e nós vimos o caso do Alexandre Vannucchi, um de suicídio e outro de atropelamento, que ele tinha se jogado embaixo de um caminhão para se suicidar, essa era a versão. No caso do Alexandre tinham várias testemunhas que viram ele morrer dentro da cela sob tortura. Então, ouviram os gritos. E foi um caso muito testemunhado. Então, essa Comissão tem que encaminhar esse pedido de retificação do atestado de óbito dos três casos aqui apresentados, porque no caso do Henrique Cintra Ferreira de Ornellas, advogado aqui da faculdade de direito da USP, inclusive nasceu no Estado de São Paulo, e por isso o caso dele faz parte dos trabalhos da Comissão da Verdade, ele também teria se suicidado. Ele foi preso de pijama e de pijama ficou. Agora, como se suicida com três gravatas? É no mínimo, só se algum militar deu gravatas para ele. Ele estava dentro do quartel. Como é que ele ia se suicidar com as gravatas. É estranho. Esse caso eu acho que pela divulgação e pelo impacto que teve que a própria OAB

acompanhou esse caso e fez o sepultamento do corpo, esse caso tinha que ser encaminhado a OAB e OAB Federal principalmente para a Comissão da Verdade da OAB, e com certeza ele, eu acho que nós devíamos encaminhar e solicitar se tem novas informações desse caso. Até o próprio Dr. Seixas, porque o próprio Dr. Seixas foi advogado de preso político na época e ele muito, foi um advogado que muito contribuiu para que houvesse o esclarecimento das mortes, dos assassinatos, dos casos de tortura. Eu acho que ele foi um dos advogados que muito ajudou no caso da pesquisa do Brasil Nunca Mais que é um projeto, um trabalho, talvez um dos maiores trabalhos de investigação feita nos anos 80. Então, eu acho que nós poderemos ter essas recomendações aqui. Eu vejo como mais importantes. Esses comentários é o que eu queria fazer a respeito desses três casos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado Amelinha. Com a presença do Deputado João Paulo Rillo eu gostaria de fazer uma consulta, e se ninguém tiver nenhuma pergunta para fazer sobre esses três casos. A nossa testemunha, Denise Crispim ainda não chegou. Nós temos duas possibilidades. Eu acho que esse requerimento de encaminhamento para a Comissão da Verdade da OAB do advogado Henrique Ornellas, o Paraná, é fundamental para que a OAB possa investigar e trabalhar esse caso. É importante, eu acho que a gente pode expedir para a OAB assumir esse caso. Agora eu queria ver na ausência da nossa testemunha, se nós podemos suspender os trabalhos por alguns minutos, mas antes de suspender os trabalhos no aguardo da Denise Crispim, eu queria que nós projetássemos na tela a visita da Estela Carloto, e até quero pedir ao Deputado João Paulo Rillo, ele não é titular, mas eu queria que ele, que é um dos Deputados que mais colaboram com a Comissão da Verdade, que viesse usar a palavra para comentar esse texto que nós vamos expor agora. Então, vamos nos concentrar na visita da Estela Carloto ao Papa, e aí eu queria pedir para o João Paulo Rillo fazer um comentário.

* * *

A REUNIÃO É SUSPensa POR ALGUNS MINUTOS.

* * *

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Depois dessa suspensão da Comissão da Verdade nesse intervalo que nós temos hoje das três pessoas que a Comissão da Verdade está investigando, eu com o Deputado João Paulo Rillo estamos aqui com uma contribuição que a Thaís Barreto coletou do jornal La Nacion de Buenos Aires o seguinte assunto, a Estela Carloto que é uma Sra. que coordena e preside uma entidade argentina chamada Abuelas da Plaza de Mayo e ela teve uma filha que foi morta na ditadura, que estava grávida e o neném desapareceu de uma maternidade em Buenos Aires. A Estela, quando o Cardeal argentino foi indicado para a condição de Papa e assumiu o nome de Papa Francisco, a Estela teve um papel importante em dizer publicamente o seguinte, o Cardeal não apoiou e participou da ditadura, porém se omitiu. Em contrapartida, Estela Carloto vai ser recebida pelo antigo Cardeal argentino, hoje Papa, e ela vai dizer o seguinte, Papa Francisco, ajude que a igreja católica diga o que sabe sobre os desaparecidos. Principalmente os bebês desaparecidos, os netos como neto de sua filha e seu neto por consequência que até hoje está desaparecido. Então, tem a foto da Estela Carloto e aí vem o texto que eu vou me referir a ele. Vou tentar fazer uma tradução mal elaborada, espontânea, mas vamos lá que o assunto é de máxima importância.

A titular das avós da Praça de Maio, Estela Carloto antecipou hoje que pedirá ao Papa Francisco que interceda para que as autoridades da igreja católica argentina digam o que sabe ‘sobre os filhos e netos desaparecidos e roubados durante a última ditadura militar’. Carloto será recebida, notícia de ontem, portanto hoje, as nove e 30 da manhã hora da Itália pelo ex-cardeal argentino Jorge Bergoglio no Vaticano em audiência marcada as quartas-feiras onde aproveitará para entregar uma carta e uma pasta dos casos dos netos desaparecidos e procurados desde 86, quando começou a ditadura. Vou dar-lhe a primeira vez a mão a Bergoglio, agora Francisco com emoção e com orgulho de ser uma argentina com esperança que nos ajude. Agora é muito importante, tem mais poder e possibilidades de falar pela primeira vez dos nossos desaparecidos. Nossos

netos que estamos buscando, que não queremos morrer sem abraçá-los, declarou a dirigente dos direitos humanos. Carloto sustentou que a igreja argentina sabe o que passou durante a última ditadura e que considerou que o Papa Francisco agora tem o poder para pedir-lhes que digam o que sabem da forma mais concreta, de dizer onde estão os netos que foram roubados. Que nos ajude a encontra-los através da igreja argentina, reclamou em declarações pela rádio Del Plata, que é na (ininteligível) com máximo exponencial, máxima pressa, máxima urgência da nossa igreja argentina. Porém nunca nos chamou e digo com dor para que se reverta, para não condenar, acrescentou Carloto naquela oportunidade. Carloto buscou deixar atrás de suas declarações prévias que lhes assegurou que o cardeal argentino pertence à igreja que obscureceu o país. Que devia fazer uma ‘mea culpa’, e que tem acusações muito sérias para contra ele durante a ditadura civil militar. A dirigente dos direitos humanos irá acompanhada por (ininteligível) 70 mil mortos na Argentina, e existem até hoje 30 mil desaparecidos políticos. Com a palavra o Deputado João Paulo Rillo.

A SRA. – Eu queria confirmar uma coisa com o Adriano Diogo. No filme que a gente viu sábado sobre as avós de maio aquelas crianças que estavam todas para adoção estavam sendo cuidadas por freiras, não era?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Sim, no filme que foi projetado sábado lá no Cine Biju, no teatro Heleny Guariba, a maternidade onde a neta da Estela Carloto era dirigida por freiras. E muitas das crianças eram lá deixadas e levadas, sequestradas, sem autorização da família. Com a palavra o Deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT - Obrigado Adriano Diogo. Eu tive oportunidade de conversar com uma das coordenadoras do movimento Avós da Praça de Maio e durante duas horas ela relatou com detalhes, ela é uma das avós que conseguiu encontrar com o seu neto. Foi um encontro muito emocionante e ela disse que depois do encontro, ela sofre duplamente. Ela sofria antes pela perda do filho, da nora, e em uma busca durante anos pela criança que hoje já é um jovem adulto. E que hoje ela sofre duplamente porque ela sente a dor desse jovem depois do encontro. Ela sente o conflito e ainda hoje ela sente absolutamente necessária a busca, o encontro, mas ela sofre. Se por um lado ela recuperou a memória, mas ela sabe o conflito que esses jovens vivem hoje. O que é a vida de uma pessoa em saber depois de anos que ela foi criada pelos assassinos dos seus verdadeiros pais. E acredito, Adriano, que aqui a gente, a relação com a igreja é um pouco diferente. Pelo menos na história oficial do Brasil. o que a gente tem de conhecimento nessa história da manifestação da (ininteligível) católico e pelo movimento estudantil ou alguma organização de esquerda era fortemente vigiado quando a situação fosse mais denunciada. E acredito que a partir desse fato tão importante, que passei e isso desfoca o trabalho feito aqui por vocês, pelo Adriano Diogo, se a gente for pensar que desfoca, desfaz uma metodologia. E agora acho que chegou a hora de a gente dialogar com essa outra parte da igreja que no mínimo foi omissa, não contribuiu com o sistema, e se for possível eu acho que a gente pode dialogar com eles também. Eu acho que a igreja pode contribuir com o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Excelente. Dodora, com a palavra.

A SRA. DODORA BARCELOS – Eu só queria dar um depoimento sobre a questão das avós da Praça de Maio, eu integrei no final dos anos 80 quando nós demos por encerrada a campanha da anistia embora as lutas e tudo mais permaneça, eu integrei um organismo vinculado a Folha Metropolitana que se chama ‘Clamor’, que era comitê em defesa dos direitos humanos dos países do CONE SUL. E esse Clamor foi uma

entidade vinculada a Folha Metropolitana que a principal colaboração do Brasil na busca de crianças desaparecidas na Argentina. Essa questão ainda era muito silenciada, muito pouco conhecida como inclusive hoje ainda no Brasil as crianças são pouco conhecidas, e naquela época o ‘Clamor’ teve uma ação muito importante de localização de uma dessas crianças que era uruguaia e estava no Chile. E eu particularmente em 1990 a (ininteligível) nessa ação Clamor que também já deixou de existir. Mas também tem a literatura sobre o trabalho desse Clamor.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Amélia, fale um pouco sobre essas crianças que foram presas.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – a Comissão da Verdade aqui da Assembleia Legislativa vai realizar nos dias seis a 10 de maio audiência pública a partir das 10 horas da manhã só com os filhos e netos de militantes políticos da época da ditadura. Foi uma proposta que foi amadurecendo principalmente junto com a Dodora Arantes, que está aqui com a gente e é do Conselho Consultivo, é hábito, é uma cultura brasileira de que houve crianças vítimas da ditadura militar em outros países. No Brasil é como se essas crianças não tivessem sofrido nenhuma violência, nenhuma consequência dos atos da ditadura. E é interessante com o passar das décadas, porque aqui nós vamos falar, as crianças hoje são pessoas com quase 50anos ou mais, nós denominamos a audiência pública Verdade ou infância roubada’. E nós falamos da infância das crianças, quando na verdade essas crianças hoje estão por volta de 50 anos. Portanto já se passaram quatro décadas da violação que elas sofreram, e quanto mais passa o tempo nós temos percebido que mais fica forte, mais elas sentem essa violação. Parece que quando elas vão amadurecendo, elas vão sentindo essa dor, e essa dor aparece. Aparece na fala, no gesto, no interesse pela causa. De várias formas.

Nós tivemos várias audiências aqui mesmo onde nós assistimos, nem estávamos devidamente preparados para ouvir os testemunhos dessas crianças. Nós já ouvimos

alguns testemunhos e foram muito fortes. Toda aquela memória, todo o esforço para entender o que se passava ou o que se passou sem ter sequer uma participação política, por causa da própria idade. São crianças. Então, nas reuniões preparatórias nós levantamos por volta de 60 nomes de crianças que passaram um período ou nos porções da ditadura ou foram sequestrados e levados para centro clandestino da repressão, as chamadas casas da repressão que não eram necessariamente nas dependências do DOI CODI ou do Dops. Crianças que foram para orfanato, nós ouvimos aqui inclusive. No caso da Rosana Monente, ela ficou nove anos em orfanato. Crianças que foram para a FEBEM na época, hoje a Fundação CASA, mas na época se chamava FEBEM. Crianças que tinham que ficar com vizinhos ou com outras pessoas que por solidariedade ficaram com essas crianças, mas sob a mira das armas. E então nós vimos uma infinidade de situações que nós ainda não temos como configurar que situações que essas crianças configuraram e como elas estão hoje. Como elas veem esse passado, como é não ter tido o nome dos pais, ou não saber o nome dos pais, ou não poder nem dizer o endereço onde moravam, ou não poder dizer esse endereço. Então, do dia seis ao dia 10. Nós temos confirmados mais de 30 depoimentos para essa semana. E provavelmente nós vamos ter que estender. Essa semana talvez seja mais de uma semana porque tem muitas crianças dispostas a estar dando esse depoimento. Então, fica aqui esse informe, mais do que isso, é um convite. Essa audiência pública é aberta, começa a partir das 10 horas do dia seis de maio e vamos convidar todas as pessoas do Brasil que ainda não foi regulada. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Parabéns Amelinha. Ivan, o Instituto do Legislativo Paulista adotou a ideia e vai ser um curso aberto a todos os funcionários da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa encampou a ideia e vai ser um seminário da Assembleia Legislativa. Essa semana, das crianças presas e torturadas. Foi encampada como uma atividade institucional da Assembleia Legislativa. Amelinha, não pode esquecer aquela moça de Niterói. Nós vamos pegar o nome dela. Podemos começar então. Chegou a nossa querida Denise Crispim. Vem para a mesa, quer se organizar um

pouquinho? Você sabe que quando a família Crispim voltou para o Brasil, a Clara Charf, quando a sua mãe saiu do Brasil?

A SRA. – (inaudível – fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A Clara Charf encontrou a mãe da Denise, a Encarnacion, Denise Crispim ao nosso lado aqui, nossa testemunha. Amelinha fica ao lado da Denise, Dodora fica aqui. Denise, eu preciso contar. Eu gosto de contar causos, mas depois que eu conheci o Ivan Seixas e convivo com ele, eu tenho economizado, mas essa é imperdível. Como todos sabem, o pai da Denise Crispim foi um candidato a Deputado Federal pelo PCB, foi eleito. José Maria Crispim. E as duas grandes bases operárias do PCB eram a Mooca e a Lapa. E lógico o Ipiranga e toda a Presidente Wilson. E eu tenho na minha imagem, na minha cabeça e sobrou muita pichação da época da Constituinte, eu vi ainda pichado José Maria Crispim, candidato. Aí quando a Clara Charf encontrou a Encarnacion, falou assim para mim, Adriano Diogo, isso era em 79, a Encarnacion e o José Maria Crispim fizeram muitos trabalhos voluntários lá na Mooca. Pegue os contatos dele e vai visitar o pessoal de 45. Naquele tom bem soviético dela, quase que falou, anote os endereços e vá visitá-los hoje à tarde.

Essa é a Clara Charf. Vamos lá.

Denise, antes de a gente entrar no tema se apresenta, conta um pouco da sua história, da sua família, fala um pouco do filme. Pensei agora que fosse aparecer o filme no festival É tudo verdade. Fala um pouquinho, fique a vontade. Com a palavra essa pessoa maravilhosa. Fique a vontade.

A SRA. DENISE CRISPIM – Obrigada Adriano Diogo. Em primeiro lugar eu quero dizer que o filme não apareceu no É tudo verdade não é porque é mentira. Como tudo na minha vida, esse documentário também ficou sendo meio clandestino. Ele é legal, mas não é legal, porque não foi documentado registradamente. Então, ele não pode ser apresentado em todos os festivais. É um documentário da Maria Clara de Medeiros que conta a história de toda uma geração de luta através de figuras femininas que é através da minha mãe, eu e minha filha.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos lá. Começa por onde você nasceu, suas opções, sua história. Você como pessoa.

A SRA. DENISE CRISPIM – Eu sou Denise Peres Crispim. Sou filha do José Maria Crispim, e como o Adriano Diogo dizia antes, ele foi Deputado Federal em 46 pelo Partido Comunista e filha também da Encarnacion Lopes Peres que era operária, de uma família operária da Espanha, iniciaram as lutas sindicais em Sorocaba onde ela viveu e a militância ao partido. Uma das irmãs da minha mãe nos anos 40 ela foi eleita Vereadora em Sorocaba pelo Partido Comunista Brasileiro, e assim por diante. Na família da minha mãe tinha essa militância e ela teve esse encontro com o meu pai pela militância. Eu nasci em 1949. Quatro anos depois da Constituinte, da entrada na ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro. Então, os Deputados de 1946 com o Partido Comunista, todos entraram na ilegalidade. E eu nesse ano tive a grande felicidade de ter nascido. Fui nascer minha mãe estava em Pernambuco, não fui porque o partido deu ordem para que a família se transferisse ao Rio Grande do Sul. Isso aí é um pouco de história, um pouco folclore e um pouco romanciada porque faz parte da minha realidade. E aí a família passou por Porto Alegre, eu nasci lá com um espirro que minha mãe deu e completamente clandestina minha mãe. Ela foi para a maternidade, se não me engano em Porto Alegre no bairro da Tristeza, Santa Casa da Misericórdia. Esse era o bairro em que nasci. Eu comecei assim a minha existência no mundo. E me deram um nome falso logicamente, eu chamava Laura Santos. Não tive um registro de

nascimento e não tive nada. Fui mandada para o Rio de Janeiro com toda a família. Sempre (ininteligível). E agora vou dizer uma coisa com muito carinho, porque na época acontecia isso. foi Câmara Ferreira, Marighela, foram os companheiros do comitê central que expulsaram, foram eles que expulsaram todo o comitê central. E a motivação da expulsão do meu pai foi que ele tecnologia da informação há uma conduta imoral em relação às éticas do partido. Significava que meu pai tinha amante, não sei. Isso não era um problema meu. Mas o que me deu a impressão é que ninguém conseguiu dizer que ele estava sendo expulso do partido porque ele tinha uma divergência política. Era uma divergência política. Não era uma conduta imoral a dele. Mas a gente tinha uma noção de que aqueles tempos eram assim.

Depois disso meu pai foi expulso do partido, veio para São Paulo. Ele foi expulso em 52. Em 53 minha mãe veio para São Paulo e teve uma crise de nervos porque eu não tinha o registro de nascimento. Eu tinha nascido em 49 e em 53 eu não tinha o registro de nascimento. Então, em 53 ela tinha obrigado o meu pai a entrar em contato com alguém que pudesse resolver esse problema. Meu pai entrou em contato com companheiros do Rio de Janeiro, que fizeram a declaração no cartório, e eu nasci com o documento de lá. Então, eu nasci com a data de nascimento inventada e o mês e o ano. O ano era certo, mas o mês e o dia era errado. O nome do meu pai era escrito Crispim com Cr, e não tinha ortografia antiga com Ch, mas eles puseram no meu. Então, tem passagens na minha vida de clandestinidade. Depois eu fui, depois a vida da gente foi para frente. Meu pai continuando a sua militância com toda sua coerência política. Teve um momento que se não me engano, acho que foi em 1958, um pouco antes de cair, eu acho que o partido na época do Juscelino ficou na semi ilegalidade. Ele não era totalmente perseguido, mas (ininteligível) meu irmão, minha mãe. Meu pai já estava no exílio e aí à história continua com o relato que vai ser feito daqui a pouco sobre a morte do meu irmão, Joelson Crispim. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigada Denise. Então, toma uma água, respira um pouco e vamos falar do seu irmão. Ele nasceu em 46. Você nasceu em 49.

A SRA. DENISE CRISPIM – Ele nasceu em 48. É um ano e quatro meses de diferença.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então ele nasceu em 16 de abril de 48. Qual é a diferença?

A SRA. DENISE CRISPIM – Um ano e quatro meses. Ele nasceu no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mas vocês eram de São Paulo.

A SRA. DENISE CRISPIM – Sim.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E estavam lá no Rio de Janeiro.

A SRA. DENISE CRISPIM – Meu pai tinha acabado de ser eleito (ininteligível) vida de privilegio, uma vida de plena legalidade que foi em 1946. Em 48 já tinha a suspensão, a cassação do Partido Comunista. E depois comigo, já era clandestina como você bem viu.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, faz um relato pessoal do que você lembra do seu irmão. Começa a falar um pouquinho dele. Nós já ouvimos o memorial dele aqui e seu pai era militar do Exército?

A SRA. DENISE CRISPIM – Ele começou como militar do Exército. Essa militância política dele veio do Exército.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então fala do seu irmão, do Bacuri, da sua história associando ao seu irmão.

A SRA. DENISE CRISPIM – Eu falando de quando a gente começou depois que meu pai foi para o exílio, o meu irmão que tinha 15 ou 16 anos... Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Que país seu pai ficou exilado?

A SRA. DENISE CRISPIM – No México. Do México ele foi para a Argélia, porque ele tinha contato com o Presidente Bem Bella. E aí teve a caída do Bem Bella e meu pai teve que sair da Argélia e foi para a França. E da França depois ele foi para a Itália. E da Itália ele foi para o Brasil. da Itália ele foi para o Chile, na outra vez se exilou na embaixada da Argentina contra o golpe de 73. Ele foi para a Argentina e da Argentina ele voltou para a Itália e da Itália ele voltou para o Brasil em 79.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então vamos lá, começa esse período de quando você tem lembrança da, que dia você nasceu de 49?

A SRA. DENISE CRISPIM – Oito de agosto. Fui registrada oficialmente em dois de dezembro, mas eu fiz já a certidão correta. Por uma questão de princípios eu decidi que eu tinha que voltar totalmente a legalidade. E aí eu entrei com um pedido para um Juiz que tinha que colocar exatamente como deveria ter sido, que era Denise Peres Crispim. Aliás, eles tinham me registrado com z, mas eu soube através da minha mãe que meu nome tinha sido escolhido em Paris e ela tinha posto o nome de Denise porque era o nome de uma heroína francesa. Então, eu disse, se eu tenho que honrar uma heroína francesa, eu quero meu nome com Z. E aí eu fiz trocar. Botei meu nome com s e coloquei oito de agosto de 49 em vez de 22 de dezembro. Eu tinha uma vantagem que eu ganhava uns meses a mais de juventude. Mas isso não era preocupação minha.

Eu estava falando do meu irmão, depois que meu pai foi para o exílio, ele era um menino asmático. A primeira crise de asma que ele teve, ele era muito alérgico, quem militava naquele momento entendia isso. E aí eles começaram, eu não sei se por medo ou não sei o que, eles decidiram não dar. E aí, da primeira vez que eu entrei na casa

dessa pessoa, era um médico de São Paulo, eu não lembro se na Paulista ou onde era, e disse, essa é a primeira vez que eu lhe ajudo. A Sra. precisa procurar resolver de um outro lado porque nós não vamos mais continuar, não temos mais a intenção, não podemos mais continuar com o contato. E aí eu achei que foi muito humilhante. E aí eu deixei minha mãe na fábrica, voltamos para trabalhar, e meu irmão foi trabalhar como operário. Os dois estavam cursando o ginásio, nós dois imediatamente paramos de estudar e fomos trabalhar. E a gente fazia o supletivo de noite. Um supletivo que nunca foi terminado obviamente, porque com todas as dificuldades que nós tínhamos naquela época, e trabalho, e voltávamos cansados, a gente acabou não terminando. Eu fui terminar os estudos lá na Itália e o meu irmão, talvez ele tenha conseguido terminar o ginásio. Ele entrou em um curso de radiotécnico. Ele começou a militância em 67, mais ou menos a gente começou com a POLOP primeiro com contatos com a Iara Iavelberg e outros militantes que tinham que depois se transformaram, fundaram a POLOP com a VPR. Saíram para fundar a VPR e era um pessoal que vinha de Paris com contato com o meu pai, passavam pela nossa casa e dali pegavam os contatos com a base daqui de São Paulo. E meu irmão estava muito mais implicado do que eu, ele estava fazendo essa militância. Nesse período eu saí de casa, quando começou a militância mesmo eu fui viver em uma espécie de comunidade de jovens. Uma, aquelas repúblicas daquela época. Um pouco mais restrita, mas não era ligado ao teatro, aquela coisa. E aí eu comecei a trabalhar. Isso eu estou falando dos meus 17, 18 anos já. Mas mesmo assim já tinha feito alguma pequena ação, digamos que quase de roubar placa de carros com outros companheiros para a VPR ter placa de substituição de carros quando fazia algumas ações, escapava de cercos e algumas coisas. O meu irmão continuava a militância dele lá na VPR. Eu depois fiz um outro percurso paralelo ao dele, me liguei com o Eduardo Leite, o Bacuri que eu conheci na VPR também. E aí eu fui com ele, quando ele teve a divergência com a VPR saiu da VPR e fundou a rede, eu fui com ele. E meu irmão continuou na VPR.

O meu irmão não era um (ininteligível) da organização porque obviamente ele não tinha uma preparação de conhecimento, doutrina ou teoria marxista. Mas ele conhecia a teoria marxista na prática. Ele tinha visto meu pai à vida inteira ser um marxista e viver como tal. Eu não creio que ele participou de ações armadas. Eu não tenho certeza porque naquela época a gente não comunicava outros companheiros o que fazia fulano ou cicrano. Então, eu não sabia o que ele fazia exatamente na VPR. Eu

conhecia a militância dele. Ele militou com a Dulce Maia, ele militou com esse pessoal todo. E a casa da minha mãe foi sempre um aparelho na clandestinidade, e depois foi na clandestinidade. A minha mãe praticamente caiu na total clandestinidade fazendo o aparelho onde tinha acesso o meu irmão, o Fujimori e todo o pessoal que já morreu praticamente. Ela tinha um diário, no diário dela ela conta. E conta inclusive como ela soube da morte do meu irmão. E trouxe agora, eu fiz de Roma meu marido mandar uma cópia, porque o diário tinha ficado lá. Eu trouxe agora e nós conseguimos. Depois ela vai colocar a página do diário de minha mãe onde ela conta a prisão dela e como ela soube. Inclusive ela conta com toda a delicadeza que eles tinham para tratar de uma pessoa de certa idade que foi motivado, uma morte causada por um tiroteio, uma coisa absolutamente falsa. Mas na hipótese que eles quiseram interpretar esse teatrinho que foi um tiroteio, eles não tiveram nem a coragem de interpretar bem, de dizer para ela com uma certa delicadeza. Eles diziam, vocês vão ver daqui a pouco. Eu sei que a militância do meu irmão, sobretudo ele fazia, preparava documentação falsa para os companheiros. Essa era uma das tarefas dele. E como ele tinha se especializado nisso, ele conseguia de qualquer maneira, ele falsificava os documentos e ficavam absolutamente verídicos. Porque entre outras coisas, muitos dos casos a pessoa era viva. Como foi o caso do documento com o qual ele foi enterrado. Não obstante eles não identificaram o corpo dele, sabiam que estava nesse ponto porque um companheiro que eu conheci depois em Roma, ele abriu esse ponto que era uma espécie de ponto de reserva. Ele aguentou os dois primeiros pontos, o primeiro e o segundo, e o terceiro ele abriu. O companheiro que era para ter ido nesse ponto não foi, uma porção deles tinham caído e ele tinha perdido contato com a organização, mas ele sabia desse encontro, e foi onde ele tentou recuperar, e foi onde ele teve o encontro com a polícia, ele se aproximou dessa pessoa, desse companheiro e o cara gritou para ele, se manda que eu estou preso. E aí dizem que ele virou as costas e começou a correr. Ele tirou a arma, mas daquilo que eu entendi ele não atirou, não teve o tempo de atirar. Ele, nem sei se ele tirou a arma ou não do bolso. Eu só sei que ele foi baleado pelas costas. Então, tiroteio não houve. Mesmo porque supõe que tiroteio, você atira de frente, você não atira pelas costas. E aí, ele foi assassinado, ele não saiu nem morto de lá ainda. Ele foi levado para essa clínica de São José, alguma coisa assim. Eu tenho uns fragmentos disso porque eu reconstruí com a Amelinha. Quando eu cheguei aqui no Brasil, eu fui a casa dela e fui naquele famoso arquivo dos mortos que ela tinha e tem até hoje. E que hoje eu não sei ainda se está naqueles armários de ferro. Está tudo no ferro. (ininteligível) não tinha o que

justificar para ninguém. Ninguém ia colocar em discussão isso. Então, podia ser uma bala, como duas ou três. Não tinha nenhuma importância. Eles não davam conta para ninguém. Eles tinham uma total noção da impunidade deles. E por isso eles agiam de forma tão violenta, tão brutal, tão descarada das batidas, na falta de respeito total pelo ser humano. Eles tinham tanta certeza da impunidade que hoje eles não se conformam ainda. Eles não arriscam de ser mais impunes. Essa Comissão da Verdade é uma demonstração disso. Que eles mentem. Dizem que eles não torturaram ou não se apresentam para dizer, sim, era eu que estava ali. Eu e o Major Coutinho, (ininteligível) não era injustiças. Era de crimes. Nós somos vítimas de crimes contra a humanidade. Não são crimes que se possa dizer assim... era guerra. São extermínios de extrato da população terrível mesmo. E esses caras que cometeram isso que justificam ali no Rio de Janeiro, no clube dos militares, ali nos subterrâneos da vergonha deles, ele se põe ali dentro e não tem a coragem. Dizem lá, se abraçam, levantam os copos quando tem o primeiro de abril, mas não tem a coragem de dizer, eu matei. Tem uma Comissão da Verdade, eu venho e digo. Com a mesma coragem que vocês tem para torturar um preso político completamente imobilizado, completamente em condições de total inércia, que não tem, você torturar, tirar informações inclusive de que não cometeu, porque embaixo de uma condição dessa tem gente que fala de crime que não cometeu, porque se tem existência contra uma ditadura militar que derrubou um Estado. Um Governo que foi legitimamente eleito pelo povo, quer dizer, (ininteligível) conversaram com o médico de plantão dizendo que iam me transferir para o hospital militar.

Me carregaram para a Kombi cinzenta, a mesma da qual tinha me jogado para tentar fugir no dia anterior. Um dos policiais que me apertava o braço com força, um mulato de queixo grande me empurrou para dentro da Kombi que estava lotada de policiais. Ela só vai ter que falar debaixo da paulada. Espremida debaixo do banco senti o hálito nojento dele. Até chegar a rua Tutóia sofri a terrível guerra de nervos. Na Oban, um centro de tortura, uma salinha com apenas uma mesa e uma cadeira, logo que entrei todo mundo queria me conhecer. Foi um momento de policiais que entravam e saíam da sala, era como se eu fosse um animal raro. O pé esquerdo me doía muito, mas mal acabara de sentar-me, veio um dos policiais presentes, me levantou bruscamente a cadeira e em um impulso me joga para cima. Todos começaram a rir, enquanto eu com dificuldade tentei me erguer procurando apoio na parede. Nesse momento entra o

Capitão Homero. Era conhecido por esse nome, ele trazia na mão um documento com fotografia. Me mostra um documento e me faz uma pergunta. Você conhece?

Era a foto do meu filho João, identifiquei logo. E ele me fala, seu filho está morto. Ele fica me olhando, eu também não desvio o olhar, uma cena estranha, eu não chorei. A única força que possuía naquele momento era nos olhos que se foram congestionando de ódio. E confesso que se eu pudesse transformar meus olhos em uma arma de fogo, eu mataria aquele policial.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Essa é a página do diário que você leu, o último relato do diário da sua mãe em relação a morte do seu irmão, é isso? está bom. Então, chega de tortura. Então, eu queria agradecer que você veio aqui na Comissão fazer esse depoimento. Espero que o filme a respeito da sua família. Fala só mais um pouquinho do filme, você tem noção de quando ele vai ficar pronto, liberado? Qual o nome do filme?

A SRA. DENISE CRISPIM – Repare bem. E ele foi traduzido em inglês porque ele tem um subtítulo. O subtítulo em inglês é ‘Os olhos do Bacuri’, e é a historia dessas três mulheres. Tem o relato da minha filha de como ela viveu esse período de reconhecimento da ausência do seu pai que eu não tinha tido a coragem de falar explicitamente com ela. Depois da morte do Eduardo eu saí para o exterior e não tive coragem de dizer para que minha filha o que tinha acontecido com ele. Então, a gente passou vários anos, ela tinha uns quatro ou cinco anos e eu não contava. É incrível essa coisa mas eu não conseguia me destacar da imagem dele morto. Do corpo dele mutilado. Era uma espécie de sombra minha que caminhava comigo. Então, a única coisa que eu fazia era não tocar nela. Era deixar essa sombra quieta do meu lado, longe de mim, refletindo fora. Eu não consegui falar nele. e ela com uns quatro anos mais ou menos começou a me perguntar porque ela tinha os olhos verdes e eu não. Aí eu dizia para ela, porque teu pai tinha os olhos verdes. E ela não perguntava onde está meu pai. Era incrível, porque ela sabia que tinha alguma coisa na história dele que era impossível de penetrar. Ela sabia que eu queria, ela sabia que ela não podia, ou talvez instintivamente ela não queria saber mais. Porque até ali ela soube.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quando você acha que o filme fica pronto?

A SRA. DENISE CRISPIM – O filme está pronto.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quando ele vai ser liberado?

A SRA. DENISE CRISPIM – Agora recente eu fui procurada, porque esse filme foi produzido pela Comissão de Anistia, a ideia desse documentário nasceu da ideia do Dr. Paulo Abraão que pensou em ter um documento histórico de contar um período histórico do Brasil que era longo. Então, ele achou que a ideia da minha família podia ser boa porque começava durante o Estado Novo. Então, ele achava que tinha uma sequência para mostrar que nesse país foi um país que tem história da própria República era frágil, era vulnerável, não tinha nem o conceito do que era o Estado Democrático, quem manda é quem tem o poder na mão. Com os olhos verdes, ela podia ter simplesmente encontrado um caboclo de Sorocaba que já estava fazendo sucesso na vida com negócios comércio, essas coisas. Uma das irmãs dela casou com quem estava fazendo sucesso econômico. Não tinha lá todos os postos de gasolina da Esso em Sorocaba e na estrada que vinha para São Paulo em Sorocaba? Ela podia ter casado com um cara assim. Ela tinha todas as cartas em regra para mudar a condição de vida dela sem precisar se envolver em uma condição de vida terrível. E eu acho que meu pai, se ele não tivesse tido aquela mulher atrás dele, aquela pessoa tão forte com tanta

dignidade, com tanta afetividade, porque uma das coisas que minha mãe tinha que era uma coisa maravilhosa era humanidade. Quando minha mãe foi para o exílio teria sido fácil a gente perder um pouco as estribeiras, e não foi. Ela conservava a imagem dele no exílio como uma pessoa de tanto respeito, de que nosso pai estava sacrificando as relações com a gente, com a vida com um ideal muito nobre. Essa era a coisa da minha mãe. Era uma coisa impressionante, ela.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado.

A sessão está encerrada.

* * *